



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:(81) 31810334

Processo nº **0006337-07.2019.8.17.2001**

AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

SENTENÇA

Vistos, etc.

LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA, por intermédio de advogado, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS** aduzindo, em síntese, que em 11/05/2018 foi vítima de acidente de trânsito que lhe ocasionou várias lesões, culminando em debilidade permanente; que formulou pedido administrativo para recebimento do seguro DPVAT, mas recebeu apenas a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), razão por que pleiteia o recebimento de verba complementar.

Juntou documentos.

Contestação de **id. 42216361** alegando, em síntese, que a lesão sofrida pela parte autora não condiz com a indenização pleiteada na exordial e que o valor devido ao demandante já foi pago na esfera administrativa. Requereu a improcedência dos pedidos.

Réplica (**id. 42788307**), impugnando os termos da defesa.

Laudo pericial de verificação e quantificação de lesões permanentes acostado aos autos sob o **identificador nº 55995753**.

É o relatório.

PASSO A DECIDIR.

Mérito.

Constato que o presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, porquanto a prova pericial necessária ao deslinde da controvérsia foi produzida através de profissional habilitado, perito do Juízo, conforme documentos de **identificador nº 55995753**.

Observo ainda que o acidente apontado pela parte autora ocorreu no ano de



2018, quando em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, acrescentando uma tabela para fins de cálculo da indenização de seguro obrigatório DPVAT.

Conforme art. 31, §1º, inciso II, da Lei 11.945/09 (que alterou os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/1974), em casos de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional de acordo com a tabela regulamentada pela referida Lei, procedendo-se à redução proporcional da indenização conforme a intensidade da repercussão da lesão.

Neste sentido é o teor da Súmula nº 474 da jurisprudência do E. STJ, *verbis* : “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”.

Pois bem. Do Laudo Médico Pericial de **id. 55995753**, infere-se que a parte demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em Membro Inferior Direito, de repercussão intensa (75%), que, caso fosse completo, ensejaria o recebimento de indenização no importe de 70% (setenta por cento) sobre o valor integral do seguro, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais).

No entanto, a invalidez parcial incompleta em membro inferior, repita-se, de repercussão intensa (75%), como é o caso da parte autora, resulta na indenização de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Também deflui do exame pericial que o demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em joelho esquerdo de repercussão residual (10%), o que, conforme gradação da tabela, tal invalidez parcial incompleta resulta na indenização de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Nesse contexto, e tendo em vista que houve o recebimento administrativo da quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), faz jus o autor à verba complementar de R\$ 5.737,50 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

À vista do exposto, julgo **PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido inicial, na forma do art. 487, I, do NCPC, e, em consequência, condeno a Demandada ao pagamento da importância de R\$ 5.737,50 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) ao autor, com correção monetária pela tabela do Encoge a partir do evento danoso (súmula 180, STJ) e juros de mora de 1%(um por cento) ao mês a contar da citação.

Tendo em vista a sucumbência mínima do autor, fica a parte ré condenada, ainda, ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Intimem-se.

Recife, 19 de março de 2020.

Sérgio Paulo Ribeiro da Silva

JUIZ DE DIREITO







Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção B da 20ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Sentença de ID 59512918, conforme segue transcrito abaixo:

" SENTENÇA Vistos, etc. LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA, por intermédio de advogado, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT em face de COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS aduzindo, em síntese, que em 11/05/2018 foi vítima de acidente de trânsito que lhe ocasionou várias lesões, culminando em debilidade permanente; que formulou pedido administrativo para recebimento do seguro DPVAT, mas recebeu apenas a quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), razão por que pleiteia o recebimento de verba complementar. Juntou documentos. Contestação de id. 42216361 alegando, em síntese, que a lesão sofrida pela parte autora não condiz com a indenização pleiteada na exordial e que o valor devido ao demandante já foi pago na esfera administrativa. Requereu a improcedência dos pedidos. Réplica (id. 42788307), impugnando os termos da defesa. Laudo pericial de verificação e quantificação de lesões permanentes acostado aos autos sob o identificador nº 55995753. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Mérito. Constatado que o presente feito comporta julgamento no estado em que se encontra, porquanto a prova pericial necessária ao deslinde da controvérsia foi produzida através de profissional habilitado, perito do Juízo, conforme documentos de identificador nº 55995753. Observo ainda que o acidente apontado pela parte autora ocorreu no ano de 2018, quando em vigor a Lei nº 11.945/09, que alterou a Lei nº 6.194/74, acrescentando uma tabela para fins de cálculo da indenização de seguro obrigatório DPVAT. Conforme art. 31, §1º, inciso II, da Lei 11.945/09 (que alterou os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194/1974), em casos de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional de acordo com a tabela regulamentada pela referida Lei, procedendo-se à redução proporcional da indenização conforme a intensidade da repercussão da lesão. Neste sentido é o teor da Súmula nº 474 da jurisprudência do E. STJ, verbis: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". Pois bem. Do Laudo Médico Pericial de id. 55995753, infere-se que a parte demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em Membro Inferior Direito, de repercussão intensa (75%), que, caso fosse completo, ensejaria o recebimento de indenização no importe de 70% (setenta por cento) sobre o valor integral do seguro, ou seja, R\$ 9.450,00 (nove mil, quatrocentos e cinquenta reais). No entanto, a invalidez parcial incompleta em membro inferior, repita-se, de repercussão intensa (75%), como é o caso da parte autora, resulta na indenização de R\$ 7.087,50 (sete mil, oitenta e sete reais e cinquenta centavos). Também deflui do exame pericial que o demandante sofreu dano anatômico e/ou funcional definitivo parcial em joelho esquerdo de repercussão residual (10%), o que, conforme gradação da tabela, tal invalidez parcial incompleta resulta na indenização de R\$ 337,50 (trezentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). Nesse contexto, e tendo em vista que houve o recebimento administrativo da quantia de R\$ 1.687,50 (um mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), faz jus o autor à verba complementar de R\$ 5.737,50 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos). À vista do exposto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, na forma do art. 487, I, do NCPC, e, em consequência, condeno a Demandada ao pagamento da importância de R\$ 5.737,50 (cinco mil, setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos) ao autor, com correção monetária pela tabela do Encoge a partir do evento danoso (súmula 180, STJ) e juros de mora de 1%(um por cento) ao mês a contar da citação. Tendo em vista a sucumbência mínima do autor, fica a parte ré condenada, ainda, ao



pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, estes fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Intimem-se. Recife, 19 de março de 2020. Sérgio Paulo Ribeiro da Silva JUIZ DE DIREITO"

RECIFE, 20 de março de 2020.

POLIANA DE BRITO LUCENA

Diretoria Cível do 1º Grau



CIENTE





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE TRANSITO EM JULGADO

Certifico para os devidos fins de direito que a Sentença prolatada no referido processo transitou em julgado em 27/05/2020. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 27 de maio de 2020.

POLIANA DE BRITO LUCENA

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que não há comprovação de recolhimento de custas pela parte devedora, conforme determinado na SENTENÇA de ID 59512918. O certificado é verdade. Dou fé.

[Página Inicial](#) » [Consulta de Guias Pagas por Processo](#)

Consulta de Guias Pagas por Processo

● Não há guias pagas para o processo informado!

* Indica um campo obrigatório

Dados do Processo	
Número do Processo(NPU): *	<input type="text" value="0006337-07.2019.8.17.2001"/> ⓘ
Digite o texto da imagem *	<div> <input type="text" value="g45y6"/></div>
<div><input type="button" value="Limpar"/> <input type="button" value="Pesquisar"/></div>	

RECIFE, 27 de maio de 2020.

POLIANA DE BRITO LUCENA

Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

JUNTADA

Junto aos autos cálculos e guia de custas, para fins de comunicação à Fazenda Estadual, conforme determinado em Sentença prolatada nos autos.

<!--br {mso-data-placement:same-cell;}-->

TABELA ENCONGE PARA PAGAMENTO EM 05/2020				
VALOR DA CAUSA	MÊS	ANO	ÍNDICE ENCOGE	VALOR ATUAL.
R\$ 11.812,50	Fevereiro	2019	1,0442925	R\$ 12.335,71

RECIFE, 3 de junho de 2020.
JOAO RAFAEL SABINO PEREIRA
Diretoria Cível do 1º Grau



BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00561.832171 4 84860000038123				
Local Pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						31/12/2020	
Cedente						Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife						3234 / 354800	
Data do Documento		Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número	
03/06/2020		561832	DS	N	03/06/2020	31064340000561832	
Uso do Banco		Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento	
		17	R\$			R\$ 381,23	
Instruções						(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.							
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.							
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00063370720198172001 Valor Declarado: R\$ 12.335,71						(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição			Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis			R\$ 257,87	R\$ 257,87		
1	Taxa Judiciária 1%			R\$ 123,36	R\$ 123,36		
						(+ Juros / Multa	
						(-) Outros Acréscimos	
						(-) Valor Cobrado	
						R\$ 381,23	
Total						R\$ 381,23	
Tarifa Banco						R\$ 0,00	
Sacado							
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS / CNPJ 33054826000192							
Sacador / Avalista							

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00561.832171 4 84860000038123				
Local Pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						31/12/2020	
Cedente						Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife						3234 / 354800	
Data do Documento		Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número	
03/06/2020		561832	DS	N	03/06/2020	31064340000561832	
Uso do Banco		Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento	
		17	R\$			R\$ 381,23	
Instruções						(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.							
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.							
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00063370720198172001 Valor Declarado: R\$ 12.335,71						(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição			Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis			R\$ 257,87	R\$ 257,87		
1	Taxa Judiciária 1%			R\$ 123,36	R\$ 123,36		
						(+ Juros / Multa	
						(-) Outros Acréscimos	
						(-) Valor Cobrado	
						R\$ 381,23	
Total						R\$ 381,23	
Tarifa Banco						R\$ 0,00	
Sacado							
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS / CNPJ 33054826000192							
Sacador / Avalista							

BANCO DO BRASIL		001-9	00190.00009 03106.434008 00561.832171 4 84860000038123				
Local Pagamento						Vencimento	
Pagável em qualquer banco até o vencimento						31/12/2020	
Cedente						Agência / Código do Cedente	
Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife						3234 / 354800	
Data do Documento		Nº do documento	Espécie DOC	Aceite	Data Process.	Nosso Número	
03/06/2020		561832	DS	N	03/06/2020	31064340000561832	
Uso do Banco		Carteira	Espécie	Quantidade	xValor	(=) Valor do Documento	
		17	R\$			R\$ 381,23	
Instruções						(-) Desconto / Abatimento	
- Sr. caixa, não receber após o vencimento.							
- O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento.							
Natureza da Ação: PROCEDIMENTO COMUM Nº do Processo: 00063370720198172001 Valor Declarado: R\$ 12.335,71						(-) Outras Deduções	
Qtd	Descrição			Valor Unit.	Valor Total		
1	Em todos os processos cíveis			R\$ 257,87	R\$ 257,87		
1	Taxa Judiciária 1%			R\$ 123,36	R\$ 123,36		
						(+ Juros / Multa	
						(-) Outros Acréscimos	
						(-) Valor Cobrado	
						R\$ 381,23	
Total						R\$ 381,23	
Tarifa Banco						R\$ 0,00	
Sacado							
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS / CNPJ 33054826000192							
Sacador / Avalista							

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins de direito, que as custas devidas pendentes de pagamento foram **registradas diretamente no sistema SICAJUD ADMINISTRATIVO - Custas Pendentes, estando, portanto, automaticamente informadas à Presidência do TJPE para as medidas executórias cabíveis**. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 3 de junho de 2020.

JOAO RAFAEL SABINO PEREIRA
Diretoria Cível do 1º Grau





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA JOANA BEZERRA,
RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção B da 20ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0006337-07.2019.8.17.2001
AUTOR: LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA

RÉU: COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO

Certifico para os devidos fins de direito que, nesta data, arqueei definitivamente os presentes autos. O certificado é verdade. Dou fé.

RECIFE, 8 de junho de 2020.

POLIANA DE BRITO LUCENA

Diretoria Cível do 1º Grau



PETIÇÃO DE DESARQUIVAMENTO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE

PROCESSO: 00063370720198172001

CIA EXCELSIOR DE SEGUROS, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **LUIZ CARLOS DIAS FERREIRA**, em trâmite perante este Douto Juízo, requerer o desarquivamento dos presentes autos, tendo em vista que o processo em tela foi remetido ao arquivo judicial indevidamente após a prolatação da sentença, a qual não obteve a intimação da ré.

Desta forma, com o objetivo de prosseguimento do feito, requer o desarquivamento do processo.

Por fim, após atendido o pedido de desarquivamento dos autos, requer seja intimada a ré, através de decisão publicada em diário oficial no nome do **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, OAB/PE 4246** para ciência e devidas providencias que entender cabíveis.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,
RECIFE, 15 de junho de 2020.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

